

“NÓIS” É PONTE E ATRAVESSA QUALQUER RIO*: NOTAS SOBRE MULHERES, CRIANÇAS, COLETIVOS PERIFÉRICOS E O COMUM (OU, QUANDO A PANDEMIA É APENAS MAIS UM ELEMENTO)

NÓIS É PONTE E ATRAVESSA QUALQUER RIO*: NOTES WOMEN, CHILDREN,
PERIPHERAL COLLECTIVES AND THE COMMON (OR, WHEN THE
PANDEMIC IT'S JUST ANOTHER ELEMENT)

Marcia Gobbi^{1,*} 

RESUMO: O artigo tem como objetivo apresentar reflexões sobre relações entre mulheres e crianças ligadas a coletivos periféricos existentes nos extremos das zonas Sul e Leste da cidade de São Paulo que sofreram algumas alterações durante a pandemia da Covid-19. Para tanto, aproxima-se do conceito de comum para definir coletivos, em virtude da similitude de alguns princípios. Após mapeamento para conhecer suas regiões de atuação, foram usados entrevistas, *podcasts* e *sites* como recursos que possibilitaram compreender propostas e práticas desses coletivos. Nas conclusões, reitera-se o papel das ações empreendidas pelas mulheres em relação às crianças como inspiradoras para projetos de sociedade não hierarquizados e comunitários.

Palavras-chave: Infância. Feminismo. Comum. Periferia. Coletivos.

ABSTRACT: This paper aims to reflect on relations between women and children connected to peripheral collectives from the extremes of the South and East districts of the city of São Paulo that suffered some alterations during the COVID-19 pandemic. For that, it approaches the concept of common, in order to define collectives, due to their similarity of principles. After a mapping intended to know the acting regions of the collectives, interviews, podcasts, and websites were used as resources that made possible the understanding of their purposes and practices. In the conclusions, the role of actions performed by women in relation to the children as inspiring to non-hierarchical and communitarian projects of society were reiterated.

Keywords: Childhood. Feminism. Common. Collective. Periphery.

1. Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação – Departamento de Metodologia do Ensino e Educação Comparada – São Paulo (SP), Brasil. E-mail: mgobbi@usp.br

*Verso do poema “Nóis é”, de Marco Pezão (2013).

*Autora correspondente: mgobbi@usp.br

Número temático organizado por: Levindo Diniz Carvalho, Maria Cristina Soares de Gouvêa e Natália Fernandes

Qualquer Rio: Coletivo/Comunitário/Comum

Equilibradas, as casas miúdas são sustentadas por outras, que, nem sempre tão pequenas, vão compondo, uma a uma, bairros onde vivem milhares de pessoas, cujas vidas, também equilibradas, são forjadas e se fazem cotidianamente em muitas existências. Evidenciam a presença de uma arquitetura vernacular que também compõe a paisagem da cidade, espraiando-se e revelando um extenso mapa de desigualdades. As segregações, as formas de uso do solo e as relações forjadas histórica e vagarosamente podem levar à conclusão apressada da existência de um crescimento desordenado e caótico da cidade. Lúcio Kowarick (1979) contrariou essa compreensão ao afirmar que crescimento e pobreza caminham juntos em tramas que demonstram sua produção conjunta, porém com benefícios explícitos à concentração da riqueza nas mãos de poucos. Há uma lógica interna de produção da segregação e da pobreza, em que ambas se retroalimentam revelando uma distribuição territorial da precariedade. Ao mesmo tempo, são criadas práticas socioespaciais em que desigualdades e diferenças vão sendo alinhadas na tentativa de mascarar esses processos de maneira que determinados grupos sociais não se encontrem, esquivando-se de confrontos e percepções do real estado das coisas; grupos são alijados, sobretudo se compostos por negras e negros, pobres, mulheres, crianças, indígenas, LGBTQIA+. Espacialidades tentam impedir certas relações nessa cidade palimpsesto¹ em que diferentes camadas são escondidas e outras, insistentes, resistem e forçam sua presença vista e entremeada a um constante revelar de tempos e esconder de memórias.

Dessa lógica e das dinâmicas da cidade, vê-se emergir formas de organização social que é premente conhecer, sobretudo, por se manifestarem em ações consistentes e contrárias à lógica segregadora. Trata-se dos coletivos periféricos, aqui entendidos na cidade de São Paulo, cujos enfrentamentos com forte apelo propositivo permitem-nos aproximá-los de práticas do comum (OSTROM, 2000; DARDOT; LAVAL, 2017) e da busca pela construção conjunta de ações de acolhimento e de resistências fundando espaços de criação, diálogos e organizações políticas. Recorremos ao comum compreendido não como conceito-chave, mas como dispositivo para se pensar sobre organizações contestatórias em espaços urbanos, que, neste artigo, são os coletivos. Eles nos provocam a pensar no direito à produção da cidade, envolvendo a todas e todos, desde bebês, desde as periferias, compreendidas não apenas como espaços geográficos, mas como produto de sociabilidades e expressões culturais e seus projetos políticos de emancipação.

Para melhor entendimento, já que essa noção caminhará conosco ao longo do texto na relação com os coletivos, recorremos às definições de Dardot e Laval (2019). Comum é um princípio político e filosófico baseado em colaboração e autogestão dos comuns, esses os ativos das práticas do comum, são aqueles que o produzem. Nas palavras desses autores não se trata de bens-comuns, como propriedade privada, mas princípios com os quais se constrói o comum, que é de todos, sem concepções privatistas. Elinor Ostrom (2000) afirma objetivamente que há os bens comuns, como recursos ligados à natureza basicamente; e o que se relaciona a uma prática social e produz comunidades específicas. Bollier (2016) contribui acrescentando outra compreensão que nos interessa quando o assunto são os coletivos. Bollier (2016) afirmou que precisamos superar a oposição sujeito-objeto, pois ela levaria à mercantilização de ambos. É importante pensar que somos o procomum, ou seja, constitutivos do meio ambiente, da natureza sem hierarquizações ou ancestralidades. Pretende-se a construção do comum entre e com os diferentes, combatendo desigualdades sociais (BOLLIER, 2016, p. 163). Comunidades tradicionais e indígenas, de subsistência, digitais e culturais são consideradas para o entendimento do comum. Esse ponto nos interessa de perto, por envolver certas preocupações e práticas de alguns coletivos ao buscar conhecer e reconhecer as produções locais que podem orientar grupos no fazer comum, tais como identifica-se no coletivo UniGraja, do extremo da zona sul de São Paulo. Não há comum sem o fazer comum, como está afirmado no *Manifesto Comuneros* (UGARTE, 2016). Advém disso a inspiração

para o avizinhamo de “comum” ao termo coletivos. Eles intentam criar alternativas ao capitalismo atuando na produção de características igualitárias e cooperativas não baseados na exploração do trabalho e, muitas vezes, com fortíssima presença feminina (FEDERICI; CAFFENTZIS, 2020). Os coletivos abordados neste artigo são compreendidos como prenúncios da construção de espaços autônomos e em produção, estando na busca por conectar debates sobre a luta pelo público e a recuperação e/ou o reconhecimento das riquezas produzidas nas regiões em que habitam.

Os pensamentos suscitados pelo poema “Nóis é”, de Marco Pezão,² que ressoa como palavra de ordem, e o enfrentamento de inquietações deles resultantes levaram à busca por pensar as pontes – ou coletivos-pontes – que atravessam qualquer rio e que empreendem lutas diárias por uma vida autônoma e digna. De modo emblemático, envolvem outras engenharias que produzem pessoas e grupos cujas forças, por vezes desacreditadas, atravessam o aparentemente intransponível, demonstrando que “nóis” é ponte que atravessa qualquer rio, mesmo os mais caudalosos e inóspitos. Contudo, que “nóis” é esse? Quem compõe o “nóis” e outros desenhos de relações e práticas sociais quem sabe projetando cidades e relações futuras? Em contrapartida às pontes estaiadas exibidas num espetáculo de cidade-mercadoria, essas, pontes-gente, ao atravessarem, pretendem unir vãos e margens de modos diferentes, humanitários e com princípios em comum em resposta às formas individualizadas e segregadoras de vida, ainda mais acirradas nesses tempos que nos assombam e não apenas pela pandemia ocasionada pela Covid-19. Ela é, como já sabido por muitas pessoas, apenas mais um elemento a desnudar as misérias já existentes e aprofundá-las.

Este artigo foi escrito em tempos que denotam as crises do capitalismo contemporâneo em que sentimos – uns muito mais que outros – as duras medidas tomadas para sua permanência em suas opulentas formas de exploração sem trégua e cada vez mais acirradas, em que “boiadas têm passado por muitas porteiras”,³ aproveitando-se cínica e perversamente da pandemia propositadamente mal-administrada e tornando o país ainda mais pobre e desigual do que sempre foi. Misérias irrompem diante de nossos olhos e revelam nossas penúrias internas e externas, um “não sei quê” em que nos encontramos. Dentro desse contexto de severo retrocesso, fazemos um convite para se pensar sobre os autodenominados coletivos como a expressão de um fenômeno insurgente em regiões periféricas da cidade. Nosso ponto de interesse é o fato de que esses coletivos são especialmente produzidos por mulheres, não somente mães, implicando as crianças a processos educativos de caráter comunitário; este é o recorte feito, em que expomos algumas dessas práticas, que, a nosso ver, implicam processos educativos de naturezas distintas e podem inspirar no sentido da construção de outros projetos coletivizados. Esse interesse é justificado pelo desejo de colocá-los a público e aprender com esses coletivos e seus atos, em especial com as mulheres e ações com crianças. Seus movimentos fizeram-se ainda mais visíveis pelas crises aguçadas ao longo da pandemia da Covid-19 – essas mulheres foram responsáveis por impulsionarem, vagarosamente e tendo que ultrapassar muitos limites, a promoção de atos solidários, ainda mais exigentes pelo aumento da miséria ou da extrema pobreza na cidade e no país.⁴ Acreditamos que é possível encontrar prenúncios de atos sediciosos que impliquem mulheres e crianças na construção de práticas sociais mais igualitárias e justas, evidenciando projetos de atuação em algumas regiões da cidade. Entendemos que esses coletivos se comportam como armas de combate em relação a processos e práticas políticas que extirpam direitos e acirram as desigualdades sociais já existentes. Há que os conhecer e compreender a disposição da “margem no centro”, como afirmou Dona Maria Vilani, atuante moradora do extremo sul da cidade de São Paulo e participante no coletivo UniGraja para o jornal *Periferia em Movimento*⁵ e *podcast Matriarcas*.⁶

Dentro dos limites de um artigo resultante de investigações em curso, serão abordadas algumas ações de mulheres envolvendo crianças, muitas vezes não diretamente voltadas a elas, em distintas e simples formas de estar junto, participar e educar, numa proposta entendida aqui como educação da primeira infância

da quebrada,⁷ contribuindo, com vagar, para a construção de outras possibilidades de mundo, num explícito combate às desigualdades sociais, às relações hierarquizadas, às formas de espoliação e a respostas privatistas às agruras cotidianas, reconhecendo que há bens comuns, conhecimentos e riquezas que devem ser de todos e todas para que a vida seja igualmente viável e justa com as crianças. Chamou a atenção o fato de que as ações, em sua maioria, não separam crianças de adultas, não há algo específico para um e outro grupo, com algumas exceções em que ainda prevalecem propostas em dias festivos, como dia das crianças. Infere-se que haja uma mescla entre o consumo capitalista e a festa de caráter comunal – frequentes em datas comemorativas, feiras culturais, encontros com músicos – como sutil aprendizado de resistência política desde a infância, em que a observação e a escuta atentas de suas necessidades tornam presentes a afirmação da comunidade via coletivos e seus atos. Há uma provocação a refletir sobre relações possíveis sem a subordinação de uns a outros em decorrência de faixa etária, gênero, raça e classe. Neste artigo, vale reforçar que vários desses atos foram alterados em virtude da pandemia e serão apresentados, ainda que brevemente.

Compondo a metodologia de pesquisa da qual resultou este texto, vale sublinhar que o contato com alguns coletivos e a curiosidade por conhecê-los mais profundamente ocorreram pelo desenvolvimento da pesquisa “Imagens de São Paulo: Moradia e Luta em Regiões Centrais e Periféricas da Cidade a partir de Representações Imagéticas Criadas por Crianças”⁸, pela qual fui responsável. Nesse período, foram muitas as menções a ações de coletivos, citações de alguns nomes e propostas, o que foi importante para uma primeira aproximação, suscitando interesse de investigação acadêmica. Partindo dessas informações, foi feito um levantamento nas nove regiões que compõem a cidade de São Paulo, para o qual contei inicialmente com amigos, amigas e relações já mantidas com alguns coletivos. Não podemos esquecer que este artigo e a pesquisa da qual ele deriva aconteceram centralmente ao longo da pandemia denominada Covid-19, o que comprometeu a feitura de levantamentos mais minuciosos. Portanto, temos aqui o possível num contexto pandêmico⁹ que permitiu situar alguns coletivos e suas práticas na cidade, compondo um mapeamento que ainda carece de maiores detalhes, no pós-pandemia,¹⁰ sobretudo por saber que mapear algo implica modos de narrar não apenas sobre o espaço geográfico, mas também sobre formas de vida. Sabe-se, contudo, que há certa concentração nas regiões periféricas, em sua maioria nas regiões leste, nos chamados fundão da zona leste e fundão da zona sul, situados nos extremos da região sul e alguns na região noroeste da cidade de São Paulo. Entre as práticas mais frequentes estão o plantio de hortas urbanas e as ações promovidas por grafiteiros e artistas, coletivos de profissionais da educação encontrados em redes públicas municipais de ensino, coletivos de mulheres plantadoras e outras que fazem oficinas de poesia e saraus, esses em sua maioria consolidados em todas as regiões.

Não é o mote deste artigo, mas vale acrescentar que a cidade de São Paulo, desde as primeiras décadas do século XX, tem nos saraus uma manifestação cultural. Há que ressaltar, contudo, que, nos primeiros saraus, na vila Kyrial, por exemplo, seus conteúdos franceses visavam nos aproximar de culturas europeias, sobretudo, a francesa, no desejo de nos afrancesar e, conseqüentemente, tentando apagar histórias (CAMARGOS, 2000). Nicolau Sevchenko (2000), ao destacar um excerto de jornal publicado no início do século passado, evidencia o político representante europeu que, ao visitar São Paulo, manifestava-se dizendo não se sentir fora de seu país de origem. Isso importa quando observamos as transformações históricas em que a permanência da forma sarau se dá com a mudança de seu conteúdo, em que prevalecem as produções culturais das regiões onde são feitos configurando-se em territórios de seus moradores e suas moradoras. São também produtores de alguns coletivos culturais e frequentados por outros, criando laços entre pessoas que atravessam qualquer rio.

Para uma definição breve, afirmo que o surgimento de alguns coletivos é bastante pontual e outros trazem a perspectiva mais profunda de mudança social como mobilizador de suas ações. Podem ser divididos em dois grandes grupos, culturais e educacionais, esses últimos, bastante mais recentes, tendo ganhado grandes proporções ao longo da pandemia por conta de urgências a serem tratadas quanto às condições de

trabalho, à formação e às políticas no exercício da profissão docente na educação básica. O que se observa aguçado em ambas as formas de ser e fazer-se como coletivos é a presença da palavra em ato: solidariedade. Não se trata de filantropia empresarial espetacularizada pelas telas globais, mas da construção de ações conjuntas que partam da própria comunidade. Embora ambas se entrecruzem, o interesse aqui se volta às práticas mais espontâneas, sem mediação de relações tornadas espetáculos a serem vistos e esvaziados no momento seguinte (DEBORD, 1997). Somente a solidariedade, vital entre os humanos poderia combater a propagação do vírus Sars-Cov-2 e a Covid-19 na população, o que, em nosso caso, implica ações de combate ao bolsonarismo e à sua gestão, não apenas no que concerne à pandemia. Considera-se a presença de uma solidariedade de classe, em que práticas solidárias estão e sempre estiveram presentes, desde seus primórdios. Elas também estão no cotidiano, como afirma o poeta Ferrez (2020), e definem-se como componentes de uma cultura da classe trabalhadora, que é tecida cotidianamente.

Nessa tessitura, as crianças aparecem concomitantemente como um dos motores mobilizadores da solidariedade e do aprendizado junto a outras pessoas, ao mesmo tempo que são convocadas a certa participação, ainda que pequena, na feitura dos embrulhos e diálogos, já que elas não ficam apartadas dos locais de recebimento e entrega de cestas básicas e demais doações, durante a pandemia. Parece-nos que as crianças são entendidas como o futuro no presente de uma vida recheada de agruras e isso, vale acentuar, tem grande potencial mobilizador dessas vidas com as mulheres. “Queremos parir uma nova sociedade”, afirmaram mães periféricas em maio de 2016 ao participarem do I Encontro Internacional de Mães Vítimas de Violência do Estado, em que questionavam a morte como destino para as crianças pobres e negras. Observaram-se similaridades entre os coletivos quanto a algumas propostas e compreensões dos direitos das crianças, em que revelam internalizados os pressupostos contidos na Convenção dos Direitos das Crianças e no Estatuto da Criança e do Adolescente, divulgados desde 1990. Liberdade de escolha, respeito e necessidade de considerar as manifestações expressivas das crianças e o brincar estão compreendidos em suas ações, todas buscando a construção e o reconhecimento do direito à vida, fundamentalmente.

Entre tantos coletivos, optou-se por abordar apenas alguns que se encontram na definição de culturais por agregarem pessoas de diferentes formações. São eles: UniGraja,¹¹ situado no extremo da zona sul; Mulheres do GAU (Grupo de Agricultura Urbana) e Juntas na Luta, nos extremos da zona leste. Suas ações coletivas antecedem e tiveram continuidade ao longo da pandemia ocasionada pela Covid-19. Trata-se de uma amostragem pequena dentro de uma teia de coletivos com características diversas e presentes em diferentes regiões da cidade. A escolha se deu por acreditarmos que compõem uma mostra representativa de algumas ações que vêm ocorrendo em distintas regiões e por envolverem mulheres e crianças direta e indiretamente, quem sabe avançando futuramente para a criação de sistemas e/ou práticas educacionais com características próprias de infâncias das quebradas que contestam concepções de universalidade cujos princípios negam a existência das diferentes formas de viver e construir a infância. O perfil desses coletivos aproxima-se quando pensamos em suas preocupações relacionadas às mudanças sociais, bem como nas ações e práticas de envolvimento da população das regiões onde atuam e se encontram, além das agruras sofridas e vistas e da junção de pessoas para compor atos solidários. Em especial, no período da pandemia, destaca-se, como já mencionado, a presença majoritariamente feminina encabeçando as ações em todos esses coletivos. Eles se afastam por alguns dos conteúdos, ora voltados à produção cultural, ora ao plantio e a debates feministas, que, embora se entrelacem, adquirem pesos diferentes na composição de cada um. Entre as mulheres com as quais foi estabelecido diálogo, que não configura entrevista, foi possível notar que há formadas no Ensino Superior – como em pedagogia na UniGraja e no Juntas na Luta e aquelas –, bem como aquelas que pararam seus estudos nos anos iniciais do Ensino Fundamental – como no GAU, mas sempre manifestando o desejo de continuar a estudar. Essa mistura contribui para a derrubada de alguns estereótipos ainda existentes

que reforçam representações negativas sobre as periferias, confinando suas moradoras e seus moradores a condições de ausências de formação, estudos, desejos. Nas gerações mais recentes, observa-se parte da juventude demonstrar orgulho do lugar onde vive, dando forma à percepção e à luta pelo direito a se ter direito e à periferia (FONTES, 2018). Levanta-se como hipótese que a existência desses coletivos e suas ações alimentem essas formas de estar e fazer as periferias.

Observou-se que as práticas levadas a cabo pelos coletivos, ainda pouco conhecidas em suas especificidades, produzem conhecimentos e relações que se oferecem, ainda que indiretamente, como propostas em ação às ruínas do neoliberalismo e sua crescente política autoritária e desigual (BROWN, 2019), permitindo-nos refletir e relacioná-las a possíveis práticas do comum, neste artigo compreendido na presença dos coletivos. Seus feitos, que ocorreram antes da pandemia e foram acentuados por ela como força que se desdobrou em diferentes níveis, foram aprendidos e construídos aproximando-se da democracia do comum, como denomina Joan Subirats (2011). Nessa aproximação dos coletivos à produção dos comuns, merece destaque seu caráter fortemente feminino. Interessa ressaltar a junção de dois grupos – que se subdividem – perigosos para a manutenção do capitalismo: mulheres/feministas, conforme Silvia Federici (2019; 2021), e, incluímos, crianças com direitos e ações ainda desprezados num universo predominantemente adultocentrado. Suas práticas se aliam à intensa produção solidária entre moradores das periferias, onde se observa a eficiência do Estado, que evidencia seu aparato de cunho policialesco e autoritário na gestão do poder, especialmente, contra negros e negras pobres e suas crianças. Observa-se, também, a ausência do Estado quanto a políticas públicas de saúde, educação, lazer, cultura e moradia, caracterizadas pela participação da sociedade de modo a concluir ações que beneficiem a todos.

Os coletivos incluem espaços e práticas implicados na busca e na construção de estratégias de sobrevivência que impulsionam o senso de solidariedade e identidade e demonstram capacidades de reproduzir a vida questionando relações e ordens historicamente impostas, ao mesmo tempo que multiplicam suas vozes contrariando o domínio de um pensamento único. Predomina a junção de mulheres nessas práticas sociais voltadas para modos igualitários de economia, o que revela mudanças substanciais na forma como vivem. Há um fazer comum como expressão da vontade de gerar o coletivo e nutrir novas formas de sociabilidades e reprodução social que, indiretamente, alertam-nos sobre os perigos de viver em condições subordinadas à lógica do mercado. Identifica-se uma aproximação com as políticas do bem-viver (ACOSTA, 2016), um termo entendido aqui como ainda em construção, mas que está relacionado, entre outras coisas, à criação de espaços comunitários como formas ativas de organização social em que a produção de subsistência contribui para outros modos de vida, não competitivos e centrados na solidariedade, sendo a vida de todas e todos o centro da economia (FEDERICI, 2019). Aproximam-se das práticas dos coletivos quando pensamos que são regionais com falas não pautadas em uma única voz; as falas e práticas não são individualizadas e correspondem a princípios em comum, mas na construção de coletivos diferentes de acordo com necessidades e propostas nascidas de dentro.

Pedagogia dos Coletivos, ou Acreditar nas Crianças e, com as Mulheres, Reconfigurar a Ordem dos Saberes

Em última análise são as práticas sociais e somente elas que decidem sobre o caráter “comum” de uma coisa ou de um conjunto de coisas. Portanto, contra qualquer naturalismo ou essencialismo, é preciso sustentar que é a atividade dos homens que torna uma coisa comum, guardando-a de qualquer lógica de apropriação e reservando-a para uso coletivo (DARDOT; LAVAL, 2015, p. 271).

Dona Vilma, uma das cofundadoras do coletivo Mulheres do GAU, insiste em afirmar que há que olhar para o princípio político – e diria filosófico – de suas atuações e o que reside nele como permanente motor que as alimenta. O cenário urbano perde seus contornos ao chegarmos até o chamado Viveiro Escola e passa a ser protagonizado por plantas comestíveis adornadas pelas mãos femininas que aram a terra e a cultivam. Não se trata apenas de mudança no cenário; isso envolve a produção coletiva de alimentos, em um terreno público, ocupado no extremo da zona leste – alimentos esses distribuídos para moradores da região –, bem como a composição de um grupo de mulheres “empoderadas”, como afirmou Dona Vilma ao *podcast Em Movimentos*.¹² A importância do plantio sem agrotóxicos e a aproximação com a natureza, conferindo-lhe certa centralidade, compõem a valorização e a divulgação dos trabalhos para crianças de escolas públicas e demais interessadas da região, esparramando os conhecimentos e as relações neles engendrados. Trata-se de uma prática política não reservada a uma minoria ou a especialistas. Em meio à constante devastação do capitalismo herbicida e profundamente agressivo, entende-se, nessas ações, que, embora ainda incipiente, há a construção de um pensamento comunitário voltado à produção e à promoção do conhecimento de outros modos de viver.

Nessa pedagogia dos coletivos, mexer a terra e fazer comida são revolver e produzir a própria vida e, nesse caso, ao manter e promover ações com as crianças, infere-se que sejam promovidos outros modos de ser criança, que reconfiguram a ordem dos saberes já cristalizados e normatizadores. A permanência dessas práticas, de certa forma, pode gerar a libertação de algumas dessas mulheres e, por que não, das crianças que estão com elas, direta ou indiretamente envolvidas. Aprendemos, desde os primórdios, que o cuidar da casa e da educação das crianças, vistas muitas vezes como futuras trabalhadoras, assegura que elas ajam correspondendo às expectativas do capitalismo (FEDERICI, 2020). Contudo, as práticas do GAU e, como veremos, as do Juntas na Luta, especialmente, afrontam a naturalização dessas ações e as problematizam produzindo contra-ataques – desde a cozinha, mostrando não apenas um trabalho invisibilizado e avaliado como menor, sem remuneração –, perspectivando mudanças incorporadas às oficinas e conversas com as crianças. Segundo algumas falas proferidas por Dona Vilma e Sheila nos encontros promovidos pelo curso Casa da Mãe Solo: Mulheres em Movimentos e na Luta,¹³ considera-se que a existência desses grupos de mulheres possa ser entendida como uma forma de luta contra desapropriações e violência doméstica, condições das mães solo e das migrantes, que vão além da busca por melhores condições econômicas, mas a ela se misturam, produzindo outras configurações, que engendram participação política, pedagogias voltadas à educação das crianças como futuras gerações que podem dar continuidade ao que as adultas estão produzindo (em especial no GAU e na UniGraja) e, com isso, dar cabo, ou melhorar as condições de vida vivida.

Às das mulheres do GAU somam-se as ações do Juntas na Luta, em Guaianases, nos fundões da zona leste. Se identificamos a possibilidade de mudanças na relação com o plantio, encontra-se algo semelhante entre as mulheres do Juntas. Criadoras de um sarau no mesmo bairro, elas realizaram, antes da pandemia, oficinas cujas temáticas eram questões relacionadas ao feminismo e ao debate sobre o que é ser mulher periférica. Entre as oficinas, encontram-se as de *lambe*¹⁴ e *pano de prato*, que envolveram mulheres e crianças nos mesmos grupos de criação. As pinturas dos panos traziam dizeres que instigavam reflexões sobre a condição das mulheres. Segundo Sheila, cofundadora do coletivo, a produção de panos de prato estava entre as mais importantes e fortes. “Os panos de prato ficam sobre o fogão, têm sempre uns desenhinhos, por que não colocar frases que levem a pensar? E lá fomos nós pintando dizeres feministas”, disse Sheila em mensagem de voz/entrevista. Ainda segundo Sheila, não são apenas as mulheres e mães que se beneficiam dessas palavras escritas nos panos de prato, mas as crianças, que os veem e aprendem com eles, desde pequenas, como pílulas cotidianas do pensamento feminista. Depreende-se que temos mulheres em formação, questionadoras sobre si e suas vidas, e essas em relação com as crianças, meninas em destaque. Em tempos de pandemia, Sheila

informou que suas ações com as crianças estão restritas, mas que foi possível criar oficinas de rádio e troca de cartas virtualmente, de modo a manter os elos já construídos, fortalecê-los e criar outros.

Há uma obrigação política, se podemos chamar assim, que se encontra no centro desses coletivos, procede do agir comum, do compromisso prático que une todas/es/os que elaboraram regras de sua atividade, o que também vale para coparticipantes. O que deve ser comum a toda/es/os deve sempre ser determinado em comum. Primeiro vem o comum como princípio e depois o bem comum; a apropriação não é permitida porque deve ser reservado ao uso comum. Segundo Joan Subirats, “o comum representaria então a necessidade de reconstruir aquele espaço de vínculos, relacionamentos e elementos que compõem o coletivo” (2011, p. 10). Em tempos de pandemia, podemos afirmar: ainda que virtualmente. Há uma expressão de ação que gera o coletivo em gestão comunitária. Não se trata de criar ou recriar imagens romantizadas, mas de pensá-lo como forma de combate ao capitalismo e que atravessa níveis do espaço social, indo do local para o global.

A UniGraja, do extremo sul, tem uma característica diferente, pois contempla vários coletivos menores, compondo o que chamam de Universidade Livre Grajaú. Identifica-se facilmente a proposta do que considero um acolhimento e/ou enraizamento na zona sul, em especial, na quebrada, palavra inclusive bastante utilizada em algumas de suas produções, tais como histórias em quadrinhos (HQ), documentários e entrevistas. “Quebrada” não é só uma palavra, ela define lugares e ocupantes, e as relações construídas compõe outros mapas da cidade, cujos traçados talvez ainda sejam desconhecidos. Trata-se *de um termo usado para ressaltar pertencimento e destacar o protagonismo de moradores desse tipo de território* (NASCIMENTO, 2021). Nessa “quebrada”, encontramos propostas de jogos educativos que objetivam reconhecer geográfica, cultural e socialmente a região do extremo sul da cidade. Elas podem ser vistas em vários *sites*,¹⁵ o que confere publicidade às ações, favorecendo contatos e aprendizados coletivos. Ao considerar os documentos publicados, relatórios de ações e palavras trocadas com Estela Cunha, uma de suas integrantes que gravaram o *podcast* Em Movimentos no ano de 2020,¹⁶ percebe-se a existência de uma educação comunitária avaliada como expressão de um modo de vida. As ações dos coletivos da UniGraja resultam da vida no lugar. São agenciamentos que se preocupam com a compreensão das relações existentes no maior distrito da cidade,¹⁷ que configuram uma luta para se manterem como povos do local, com suas tantas diferenças, cujo leque amplo abarca pescadores e pescadoras na represa Billings, ilhotas da Ilha do Bororé, grafiteiros e grafiteiras, trabalhadores e trabalhadoras, desempregados e desempregadas e outras tantos grupos e pessoas que, a seu modo e com suas possibilidades, juntam-se na compreensão de uma quebrada educadora, tal como chamada por seus integrantes. Interessa sublinhar que o caráter político comunal é construído e mantido pelas ações promovidas pelo grupo, como festas que pretendem ensinar e reiterar o princípio de reciprocidade e da vida em comum, bem como confrontar as práticas de dominação.

Entre todos os coletivos, esse é o que traz inspirações pedagógicas e educacionais mais específicas. Estela, membra do Imargem, que compõe a UniGraja, dá o tom ao afirmar: “Durante nossas trocas em rápidas conversas nas entregas de cesta básica, entendemos que só pensando em autonomia e educação iríamos sair do lugar em que estamos.” Em tempos de pandemia, compreenderam que a educação é um foco gerador de formação e informações preciosas. A criação de fanzines para tratar de cuidados concernentes à pandemia, questões políticas e produções artísticas foram importantes e derivaram de reorientações das propostas iniciais da UniGraja, entre elas uma forma de residência com 400 horas de vivências nas chamadas “*asas curriculares*”, baseadas nos saberes locais, apresentando, portanto, outros modos de pensar e atuar, inclusive politicamente. A preocupação com as crianças volta-se para seus direitos de brincar, ter espaços livres, manifestações artísticas e a participação em atividades que proporcionam aprendizados de baixo para cima, invertendo ordens. Observa-se que a escola, desde a educação infantil, entra em cena tornando-se mais orgânica e envolvida com as práticas existentes fora de seus muros, em explícitos contrariedade e combate à

lógica de exclusão social, tão presente nos processos educativos escolares. Na construção de espaço ocupado por todas e todos, a escola, desde a creche, tornou-se lugar de relações com o que está fora dela, cumprindo o papel de fortalecimento da diferença e da diversidade existentes dentro e fora dela. Não resume as lutas à presença das escolas, mas entendendo que esse espaço institucional implica o fortalecimento de outras disputas e do modo de vida almejado.

Enchendo Laje e Soltando Pipa:¹⁸ Considerações para um Começo Pós-pandêmico e não Retorno ao Normal



Fonte: William Mangraff (2020, p. 16).

Volto à questão inicial deste artigo: a busca por conhecer práticas de coletivos aproximando-as de estudos sobre o comum inicia-se de uma afirmação de vida que está conjugada à de muitas pessoas de todas as idades que produzem e mantêm pensamentos e os transformam arduamente em ações coletivas. Elas trazem em seu interior a não aceitação do presente tal como está como única solução para a vida. Ao longo da pandemia ocasionada pelo vírus Sars-Cov-2, causador da Covid-19, esses atos, seguramente já existentes nas periferias, tornaram-se ainda mais consistentes. A urgência de suprir necessidades de diferentes alimentos para o corpo e para as emoções instáveis pelos mais diferentes motivos envidou ações solidárias. Cestas básicas, máscaras, produtos para bebês dominaram o dia a dia de parte dessa população, recrudescendo o que já era vivido em tempos anteriores. Pode-se afirmar que a Covid-19 não trouxe exatamente uma novidade, ela apenas recrudescceu o já existente, exigindo ações mais contundentes para minimizar o sofrimento alheio e dar força para continuar a vida.

As práticas genocidas que têm pautado nosso cotidiano no Brasil exigem posicionamento e um fazer político concomitante e como princípio que implica várias ações conjuntas como “encher laje e soltar pipa” num mesmo momento, sem pestanejar e mostrando a convivência entre diferentes temporalidades como expressão do cotidiano dessas crianças e das adultas. Essa talvez seja uma boa síntese para a vida equilibrada que a busca e a constrói consoante princípios comunitários, em permanente construção. Mulheres e crianças aqui presentes, ainda que tão brevemente apresentadas, têm algo muito próximo: o Código de Endereçamento Postal (CEP) que identifica bairros periféricos, ruas sem asfaltamento, maiores índices de violência, maior número de mortos por Covid-19, nenhuma resposta por filhos mortos por balas perdidas. Elas representam outras tantas mulheres e crianças. Contudo, evidenciam ações cujo caráter coletivo aponta a existência de outros ares possíveis num tempo em que a escalada do autoritarismo, de assassinatos sem resolução e encarceramento em massa sobe a proporções absurdas, mostrando o capitalismo avançando e se retroalimentando constantemente. Ainda que não fortalecidos suficientemente, prenunciam o que chamamos aqui de pedagogia dos coletivos *versus* pedagogia do mercado ou do capital. Sabemos que ainda há muito o que fazer e construir como pontes

atravessadoras de qualquer rio, mas vislumbramos algo em construção que urge ser conhecido, ainda que gérmen. São ações que obstaculizam a presença das égides capitalistas e permitem a construção de outras formas de viver para romper o cerco dentro do qual nos encontramos em asfixia.

Inicialmente o que é possível ver é uma articulação de perspectivas diversas e práticas que ocorrem pelas bordas, como a comer pelas beiras da cidade o fino biscoito que ela produz, digerindo o bom e soltando o que não apraz. Há a criação de alianças pautadas nas diferenças de bases mais sólidas e contrárias àquelas que preconizam vozes únicas. É um grande desafio considerar válidos alguns pensamentos e práticas que buscam não mais o individual – práticas sociais cujos sujeitos são coletivos. Nesse caso, ainda mais importante, são mulheres que têm protagonismo nas ações e na articulação de projetos, a presença da capacidade de projetar e conjuntamente, o que nos é tão caro. Há um contínuo processo de formação: enquanto se planta, produzem-se fanzine e saraus e, ao mesmo tempo, nos bairros, as crianças são criadas, havendo uma preocupação com o aprendizado dessas práticas, focando no lugar em que estão, o chamado território como aprendizagem. O coletivo é o sujeito educativo em que, e com o qual, as crianças aprendem, entre outras coisas, as realidades de lutas constantes pela vida, ou a se manterem vivas, e a possibilidade de consumo não alienado – o que é um grande desafio, pois há uma concorrência severa com produtos ofertados frequentemente que correspondem ao que é proposto como necessidade pelas TV e outros meios – isto é forte na UniGraja e no Mulheres do GAU.

Consideramos ainda que se trata de um projeto ou prática embrionária, como já mencionado, de uma outra relação que implica mudanças sociais profundas, tendo também nas práticas solidárias ações pedagógicas transformadoras em que há uma formação de redes, destacando-se as mulheres nos cuidados com as crianças, mas um cuidado que forma, vertendo processos formativos em alguns casos, como na proposta “asas curriculares”, da UniGraja. Elas constituem pequenas transformações nas maneiras de conceber estratégias de reprodução da vida e de trabalhar em conjunto visando encontrar saídas para determinados problemas. Esse modo de agir viu-se multiplicado agora, na pandemia, quando criam alternativas às diferentes manifestações da fome dentro e fora de casa.

Ao buscar o “nóis”, encontramos os coletivos cujas práticas avizinham-se do comum e seu princípio cuja base política tem pretendido ordenar atividades realizadas por eles, dando outros significados à vida coletiva, sem imitar ou envergar-se diante de histórias europeias das quais somos frutos. Entre os achados dessa pesquisa, que continua a caminhar, encontra-se um grande desafio: manter diariamente a produção do sujeito coletivo nos e pelos coletivos como pontes-gente que inventam relações outras em que, para sobreviver, há que abandonar formas de vida que, nada normais, extirpam outras vidas. Na procura, encontramos os projetos cujas práticas envolvem majoritariamente mulheres “em relação” com crianças, desde bebês, com práticas resultantes de determinação em comum – da pintura de panos de prato às demais ações –, em que sutilmente vão se constituindo e instituindo o coletivo ou comum, em elos construídos também imaterialmente, nas tenuidades das relações cotidianas. Essas mulheres com as crianças teimam – que bom – em resistir conjuntamente a um “senso de futuro mutilado” (BUTLER, 2018), quebrando-o vagarosa e fortemente a cada passo dado como na produção constante de um manifesto que não se faz só. Há que ter coragem e olhar para o futuro pós-pandêmico considerando-o junto ao passado e o que nele foi produzido. Há que retomar nas mãos – agarrar pelas unhas – a urgência de mudanças estruturais em diferentes segmentos da sociedade brasileira. Já sabemos o que foi feito com o mundo e quais os resultados dessas ações. Não podemos repeti-las.

Disponibilidade de Dados de Pesquisa

Não se aplica.

Financiamento

Não se aplica.

Agradecimentos

Não se aplica.

Notas

1. A do termo “palimpsesto” deriva de observações já feitas pelo professor Martim Jayo (EACH-USP), em que ele afirma que “cidades também podem ser lidas como palimpsestos: elas resultam do acúmulo de sucessivos ‘textos’ parcialmente apagados, que guardam sentidos e memórias materiais de diferentes épocas (2018).
2. Marco Pezão, recentemente falecido, foi um importante articulista periférico, cofundador do Sarau da Cooperifa, no extremo sul da cidade de São Paulo.
3. Alusão à fala do ministro do meio ambiente Ricardo Salles em 22 de abril de 2020 em reunião ministerial e tornada pública pelo Superior Tribunal Federal (STF).
4. No início de 2021, tínhamos 13% da população brasileira em estado de extrema pobreza, segundo pesquisas da FGV Social com base na Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD), ou seja, quase 27 milhões de habitantes (CANZIAN, 2021). Com parco e atrasado auxílio emergencial, acredita-se que esse número esteja ainda maior.
5. Disponível em: <https://periferiaemmovimento.com.br/matriarcas-no-pais-da-professora-maria-vilani-ela-rega-perspectivas-de-futuro-com-arte-e-cultura/>. Acesso em: 16 abr. 2022.
6. Disponível em: [https://periferiaemmovimento.com.br/matriarcas-mulheres-que-cavaram-os-alicerces-para-a-luta-nas-quebradas?](https://periferiaemmovimento.com.br/matriarcas-mulheres-que-cavaram-os-alicerces-para-a-luta-nas-quebradas/) Acesso em: 16 abr. 2022.
7. A ideia de construção da infância na/da quebrada consta no site Periferia em Movimento (<http://periferiaemmovimento.com.br/>) e evoca muitas outras para futuras investigações e, sobretudo, aprendizados para a construção de práticas coletivas de cuidado e produção da infância.
8. Projeto de pesquisa CNPq Edital Ciências Humanas, 2012, coordenado pela autora do artigo.
9. Agradeço ao amigo Antonio Passaty, por me ligar a tantas pessoas, tantos grupos e suas práticas, bem como a Solange Amorim e Bartira Landim, por aproximarem regiões, ideias, contatos nas bordas, pelas beiras, possibilitando encontros e a existência de laços. Obrigada!
10. Após o controle da pandemia, serão realizadas pesquisas que visam à ampliação, ao aprofundamento e a análises dos dados que compõem o projeto Lutar, Morar, Cuidar: Crianças e Mulheres em Luta por Moradia nas Periferias da Cidade de São Paulo, no cumprimento da proposta à chamada CNPq n. 4/2021 – Bolsas de Produtividade em Pesquisa (PQ).
11. O coletivo UniGraja, Universidade Livre Grajaú, produziu materiais que divulgo por aqui. São eles: HQ A Quebrada é nossa sala de aula.
12. Em Movimentos, podcast 07: Mulheres do GAU. Entrevistada: Vilma Martins. Entrevistadora: Marcia Gobbi. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=bcR-4THjYFo>. Acesso em: 02 jun. 2021.

13. Curso organizado por Marcia Gobbi, Célia Regina Serrão e Juliana Diamante Pitto em 2021, on-line ao longo da pandemia, que recebeu várias mulheres ligadas a movimentos de luta por terra e moradia, discutindo sobre feminismo e infância. Dona Vilma, representando o Mulheres do GAU, e Sheila, do Juntas na Luta, estiveram presentes como palestrantes.
14. Lambes são cartazes fixados em espaços urbanos como tapumes, muros, postes. Têm esse nome porque a fixação lembra uma lambida. Quem for usar essa técnica, mergulha um pincel ou rolinho de tinta na cola e passa na folha de papel para fixar no suporte.
15. HQ A Quebrada é nossa sala de aula (<http://periferiaemmovimento.com.br/unigraja-lanca-documentario-hq-e-relatorio-sobre-praticas-educativas-na-quebrada/>).

Periferia em Movimento é uma produtora de Jornalismo de Quebrada que gera e distribui informação dos extremos ao centro (<http://periferiaemmovimento.com.br>).

Zines produzidos ao longo da pandemia como forma de informar a população (https://issuu.com/unigraja/docs/infozine_livre_pandemia_-_vers_o_online).
16. Em Movimentos, série de podcasts organizada pelo grupo de Estudos e Pesquisas Crianças, Práticas Urbanas, Gênero e Imagens, sob a coordenação da autora deste artigo. Disponível em: <https://youtu.be/DK9FMrYv9lk>. Acesso em: 16 abr. 2022.
17. Grajaú é atualmente o distrito mais populoso de São Paulo, com 445 mil habitantes. Em 2016, ocupou o sétimo lugar de pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade, segundo a Revista do Grajaú, fonte de informações para os locais.
18. Enchendo Laje & Soltando Pipa é o nome de um grupo teatral popular do extremo da zona sul de São Paulo.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O bem viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2016.
- ASTUDILLO, D. et al. Relato de experiencia-mujeres, agroecología, economía feminista y solidaria. una triple garantía para la soberanía alimentaria. In: EDITORA POISSON (org.). **Agroecologia em foco**. Belo Horizonte: Poisson, 2019. 2 v.
- BOLLIER, D. **Pensar desde los comunes**. Una breve introducción. España/México/Peru/Argentina: Sursiendo/Traficantes de Sueños/Tinta Limón/Cornucopia/Guerrilla Translation, 2016.
- BROWN, W. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.
- BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa das assembleias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CAMARGOS, M. **Villa Kyrial** – crônica da belle époque paulistana. São Paulo: SENAC, 2000.
- CANZIAN, F. Brasil começa 2021 com mais miseráveis que há uma década. **Folha de S. Paulo**, 30 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/01/brasil-comeca-2021-com-mais-miseraveis-que-ha-uma-decada.shtml>. Acesso em: 02 jun. 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, v. 27, n. 1, p. 261-273, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-207020150114>

DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Anatomia del nuevo neoliberalismo. **Revista Viento Sur**, n. 164, 19 jul. 2019. <https://vientosur.info/anatomia-del-nuevo-neoliberalismo/>. Acesso em: 27 jun. 2022.

DEBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FEDERICI, S. O feminismo e a política dos comuns. In: HOLANDA, H. B. **Pensamento feminista**: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar dos Tempos, 2019.

FEDERICI, S. **O patriarcado do salário**. São Paulo: Boitempo, 2021. 1 v.

FEDERICI, S.; CAFFENTZIS, G. **Comuns**: contra e além do capital. Pernambuco: Terra Sem Amos, 2020.

FERREZ. **O vírus nas favelas de São Paulo**. São Paulo: N-1, 2020.

FONTES, L. V. Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade. **Plural** – Revista do Programa de Pós-graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 63-89, 2018. <https://doi.org/10.11606/issn.2176-8099.pcs0.2018.153617>

GAGO, V. **A razão neoliberal**: economias barrocas e pragmática popular. São Paulo: Elefante, 2018.

JAYO, M. Cidade palimpsesto: a tragédia urbana do Largo do Paissandu revela um painel publicitário esquecido. **Revista Online Vitruvius**, São Paulo, maio 2018.

KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAVAL, C. A pandemia de Covid-19 e a falência dos imaginários dominantes. **Revista Mediações**, Londrina, v. 25, n. 2, p. 277-286, maio/ago. 2020. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2020v25n2p277>

MANGRAFF, W. **A quebrada é nossa sala de aula**. São Paulo: UniGraja, 2020. Disponível em: <http://periferiaemmovimento.com.br/tag/maria-vilani/>. Acesso: 02 jun. 2021.

NASCIMENTO, E. P. Saraus nas periferias: escrevendo corpos, territórios e ações coletivas na cidade. In: SOUZA, A. L. S. (org.). **Cultura Política nas periferias**: estratégias de reexistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2021.

OSTROM, E. Social capital: a fad or a fundamental concept. **Social capital**: a multifaceted perspective, v. 172, n. 173, p. 195-98, 2000.

PEZÃO, M. **Nóis é ponte e atravessa qualquer rio**. São Paulo: Reza Brava, 2013.

SEVCENKO, N. **Pindorama revisitada** – cultura e sociedade em tempos de virada. São Paulo: Peirópolis, 2000.

SUBIRATS, J. **Otra sociedad, ¿otra política?:** de “no nos representan” a la democracia de lo común. Barcelona: Icaria, 2011.

SUBIRATS, J.; RENDUELES, C. **Los (bienes) comunes.** ¿Oportunidad o Espejismo? Barcelona: Icaria, 2016.

UGARTE, D. Manifiesto comunero. **Humana**, Las Indias, 9 mayo 2016.

Recebido: 01 Fev. 2022

Aceito: 23 Maio 2022

Editoras associadas:

Maria Rosa Rodrigues M. Camargo e Rita de Cassia Gallego